

As instituições estatísticas na história social da ciência: algumas perspectivas e especificidades

Alexandre de Paiva Rio Camargo^{*}

Resumo: Este trabalho pretende apresentar, em linhas gerais, como as instituições estatísticas podem configurar um fecundo campo de análise para a historiografia da ciência, em duas grandes direções. Em um primeiro plano, temos a inserção burocrático-pragmática das instituições estatísticas, cuja produção é demandada, financiada e legitimada pela presença do Estado. Revela-se aí a dimensão materializada das políticas públicas envolvidas na construção do Estado nacional na história do Brasil. Como tecnologia de distância, as estatísticas levam às mesas dos decisores a economia, a sociedade e o território, na forma de tabelas, gráficos e cartogramas. Neste aspecto, subsidiaram importantes políticas de controle e disciplina, especialmente na Primeira República e na Era Vargas, quando contribuíram para conformar pactos políticos entre o governo central e as oligarquias locais. No plano da tecno-ciência, por sua vez, as instituições estatísticas fundam as categorias de percepção social da realidade, pelas quais nos vemos (o um no outro), pelas quais são construídos os conceitos científicos. Constituem, assim, um campo singular para a investigação das traduções operadas entre a ciência e a política, como se verá a partir das práticas eugênicas formuladas na Primeira República e na Era Vargas.

Palavras-chave: história das disciplinas científicas; tecnologias políticas; classificações estatísticas

Abstract: This paper presents the ways statistical institutions can set up a fruitful field of analysis for the historiography of science in two major directions. In an initial plan, we have the bureaucratic-pragmatic integration of statistical institutions, financed and legitimized by the state. At this level, we can see the material dimension of public policy that takes place in the shaping of the national state, according to Brazil's history. On the other hand, as distance technology, statistics leads economy, society and territory right to policy makers, in the shape of tables, graphs and cartograms. Here, statistics provides policies of control and discipline, especially in the Early Republic and the Vargas Regime, helping to establish political agreements between the federal government and the local oligarchies. Presented as techno-science, in turn, statistical institutions merge the very foundations of society's perception of reality, by which we see each other, providing the social grounds by which scientific concepts are conceived. Therefore, statistics takes us to the investigation of the binds between science and policy, as we shall see from the eugenic practices conceived in the Early Republic and the Vargas Regime.

Keywords: history of scientific disciplines; political technologies; statistical classifications

^{*} Pesquisador colaborador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mestre e Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense.

Historiografia da ciência no Brasil: tendências contemporâneas

Até recentemente (anos 1970), os estudos históricos sobre a ciência concentravam-se na busca do desenvolvimento conceitual que explicaria os diferentes estádios conhecidos pelo conhecimento científico de uma determinada disciplina. Feita por historiadores não-profissionais (matemáticos, físicos, químicos, médicos, etc.), estes trabalhos entendiam a ciência como esfera autônoma em relação à sociedade, regida por suas próprias leis e pela individualidade expressiva de seus grandes vultos. Dividiam-se em duas correntes, irreconciliáveis em sua finalidade. A linha histórico-epistemológica analisava linearmente os pressupostos conceituais e metodológicos que orientavam a investigação científica em diferentes temporalidades, com a intenção de conhecer as trajetórias disciplinares para melhor prescrever, acreditando na evolução do conhecimento científico pela progressiva eliminação dos erros historicamente cometidos. Esta vertente, modernizada por Karl Popper, tem seu avesso na perspectiva histórico-crítica de Thomas Kuhn, o primeiro a dividir a produção científica em cortes epistemológicos incomensuráveis orientados por paradigmas, o que rejeitava por definição a função prescritiva até então aposta à história. A obra *The structure of scientific revolutions* (KUHN, 2001), de 1962, causou imenso impacto, ao pleitear o problema da normatividade na organização da comunidade científica e o conseqüente papel dos valores de adesão deste grupo. Em sua obra, entretanto, os fatores extra-científicos (sociais) só teriam importância nos períodos de crise da visão de mundo cristalizada pelo paradigma vigente, o que subtraía às questões sociais qualquer influência no que chamou de “ciência normal”. Ora, trata-se justamente do período caracterizado pela plena estabilidade das referências científicas, que configura as “descobertas” e as contribuições mais significativas para o conhecimento humano. Assim, a abordagem kuhniana abria uma porta para os estudos históricos, sem, no entanto, explorar todas as suas possibilidades.

Esta breve e superficial digressão deve bastar para vermos que, do ponto de vista da produção historiográfica, a história social da ciência é ainda iniciante. Roger Hahn nos ensina que “a instituição científica é a bigorna na qual são moldados, em uma forma viável, os valores muitas vezes conflitantes, da ciência e da sociedade” (HAHN apud DANTES, 2001, p. 14). Para o historiador, é fundamental recuperar os espaços institucionais produtores do conhecimento científico como elo vital entre a ciência, a sociedade e suas complexas traduções. Por esta via, as idéias e descobertas científicas ganham uma nova inteligibilidade, à luz da realidade concreta de espaços objetivos (e objetivados) e da atividade de agentes e

instituições, cujas redes, envolvendo homens, aparelhos, experiências, papéis e estratégias, nos são acessíveis por meio das fontes e documentos depositados nos arquivos.

No que diz respeito ao Brasil, a nova perspectiva metodológica, que pauta os trabalhos da área desde a segunda metade dos anos 1980, procura problematizar o enfoque que privilegia os mecanismos de difusão científica dos grandes centros e sua implantação na periferia do capitalismo mundial, contestando a excessiva valorização atribuída por alguns estudos sociológicos aos aspectos formais da ciência, como a formulação teórica, a institucionalização e os índices alcançados pela produção científica¹. A historiografia recente pretende ampliar as possibilidades de compreensão sobre a formação da cultura científica no Brasil, sem fazer dos percursos institucionais das ciências uma das causas do desenvolvimento incompleto do país. Ao contrário, busca alargar o entendimento da sociedade brasileira através da análise sobre as tensões entre as experiências passadas, a herança ibérica e a adaptação local ao processo de mundialização da ciência (VERGARA, 2004, p. 30).

Recusando-se a considerar as regiões periféricas do globo como receptáculos passivos da ciência produzida nos centros, a nova historiografia da ciência tem criticado a abordagem difusionista, enfatizando as dinâmicas sociais locais e sua influência nas formas assumidas pela prática científica destes países (DANTES, 2001, p. 16). Esta abordagem torna-se especialmente valiosa quando consideramos os países americanos, que se organizaram a partir da implantação de núcleos europeus em interação com os povos indígenas, e outros que se instalaram depois. Nestes Estados nacionais de formação tardia, o conhecimento científico deve ser pensado como uma das manifestações conjuntas da história própria desses países, no processo de elaboração de suas identidades culturais. Isso quer dizer que os critérios formalistas sobre a produção em ciência são pouco esclarecedores nestes casos, quando temos em mente as contribuições dos trabalhos científicos para a formação destes Estados, mesmo que estas sejam pequenas, quando medidas na escala mundial (HAMBURGUER *et alli*, 1996, p. 16-17).

¹ A referência fundamental aqui é *A formação da comunidade científica no Brasil*, obra organizada por Simon Schwartzman, que situa o marco fundador da comunidade científica brasileira no advento das universidades, local onde o autor vê o início da profissionalização de nossa atividade científica. Até os decisivos anos 1930, o componente acadêmico surge como “atividade clandestina” dentro dos espaços de pesquisa dos séculos XVIII e XIX, cujo pragmatismo funcionaria como obstáculo ao pleno desenvolvimento científico. Segundo Moema de Rezende Vergara, “esta conclusão se inspirava na obra de Fernando de Azevedo que procurou investigar os motivos deste atraso tanto em *A cultura brasileira*, de 1943, quanto na coleção *As ciências no Brasil*, de 1955. Para ele, a razão da ausência de um ambiente em que predominassem o verdadeiro método científico estava no fato de o Brasil ser colonizado por Portugal, país que, junto com a Espanha, ficou resguardado do espírito crítico, de observação e experimentação que se espalhava no restante da Europa, nos séculos XVI e XVII (VERGARA, 2004, p. 23).

Procurando trabalhar com os critérios de cientificidade do período estudado, historiadores brasileiros, a partir da década de 1980, realizaram estudos detalhados sobre algumas das mais importantes instituições científicas brasileiras do século XIX e início do século XX. São exemplos o Museu Nacional de História Natural, o Museu Paraense, o Museu Paulista, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Comissão Geológica de São Paulo, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Imperial Estação Agronômica de Campinas, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Observatório Nacional, a Academia Brasileira de Ciências, o Instituto Butantan e o Instituto Oswaldo Cruz, alguns dos quais contemplados em *Espaços da ciência no Brasil (1800 – 1930)*, importante coletânea organizada por Maria Amélia Dantes (DANTES, 2001).

Nesta breve síntese, não é difícil perceber que a história da ciência institucionalmente organizada no Brasil concentrou-se basicamente na medicina, na física, na biologia, na matemática e nas ciências humanas, não atentando até agora para outras ciências e instituições que estiveram no centro da construção simbólica e material de nosso país (HOCHMAN, 2008, p. 25). Dentre as ausências mais sentidas nesta lista, certamente encontramos as instituições estatísticas. Passaremos agora a examinar algumas contribuições que o estudo destas últimas pode trazer para a história social da ciência.

O espaço das instituições estatísticas: questões teóricas

Entendemos as instituições estatísticas em sentido amplo, abrangendo três dimensões fundamentais: 1) as agências de Estado, com sua infra-estrutura de contagem populacional, cuja presença difundida em todo o território nacional foi um dos principais vetores para a extensão física e capilarização do poder central; 2) os instrumentos de medição científica e as técnicas estatísticas, cujos recursos de totalização, variância e amostragem constituem a tecnologia mais refinada de individualização dos coletivos sociais; 3) o campo estatístico, com suas sociedades científicas (congressos, fóruns, associações, periódicos), influências intelectuais próprias (livros teóricos, manuais de divulgação, circuito de autores e obras), e formações nacionais técnicas (escolas, cursos, currículos).

A reunião destas três dimensões configura o que alguns autores² chamam de “atividade estatística”, compondo um domínio separado de investigação para os saberes, práticas e instituições vinculados à mensuração da população e seus movimentos. Este

² Dentre os mais destacados estudiosos da atividade estatística, citemos Alain Desrosières, Theodore Porter, Stephen Stigler, Laurent Thevénot, Ian Hacking, Jean-Guy Prévost, Jean-Pierre Beaud, Hernán Otero, Nelson Senra, entre outros.

resguardo analítico justifica-se especialmente pela peculiaridade da atividade estatística, premida pelos pólos do pragmatismo e da ciência, como atesta seu duplo caráter de agência estatal posta a serviço do quadro administrativo, e de sua não menos importante dependência frente aos critérios científicos emanados de associações internacionais em variadas disciplinas.

A exclusividade do Estado na produção das estatísticas públicas gera uma segunda situação particular. Não obstante serem centros de pesquisa, que operam aplicações e traduções complexas dos conceitos científicos, as instituições estatísticas conquistam parte de sua legitimidade precisamente de seu estatuto de empresa do Estado, o qual participa, assim, da conformação dos bens simbólicos valorizados pelas comunidades profissionais e disciplinares, vinculadas a estas instituições.

Outra especificidade pode ser vista na própria pluralidade dos grupos profissionais envolvidos na produção e análise das estatísticas, compostos por economistas, estatísticos, sociólogos, antropólogos, demógrafos, geógrafos, educadores, especialistas em ambiente e saúde. O resultado é a convivência nem sempre harmoniosa entre os valores científicos e burocráticos destas instituições e as culturas técnicas diferenciadas, muitas vezes mais relacionadas com as áreas acadêmicas de origem (SCHWARTZMAN, 2004, pp. 81-82). O caráter de empresa estatal e a variedade de culturas profissionais desestimulam a plena consideração da atividade estatística do ponto de vista do campo científico, isto é, como esfera social autônoma, na acepção atribuída por Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2004, p. 18-29).

Em verdade, a posição de fronteira entre o âmbito político-administrativo do Estado e o campo científico talvez seja a característica que mais singulariza as estatísticas públicas. Neste sentido, elas testemunham tanto o estado em que se encontram as disciplinas sociais de um País (seus temas, conceitos, objetos e abordagens), como as opções políticas do Estado, graças a uma lógica que resulta determinante pela atribuição dos meios materiais (os censos são a operação mais cara que pode realizar um País em tempos de paz), pela definição de prioridades e pela resolução de conflitos institucionais, por meio da criação de referências compartilhadas, que estabilizam as interações sociais e promovem concordância entre as inteligências. Ao mesmo tempo, o campo científico oferece o substrato teórico sobre os modos de mensuração e sobre as representações formalizadas do mundo social (OTERO, 2006, p. 23), que se farão presentes na definição das categorias de classificação - “ocupação”, “renda”, “família”, “instrução”, “fecundidade”, “imigração” e, mais especialmente, nas polêmicas categorias sociais, como “cor ou raça” e “religião”.

Estas são algumas especificidades das instituições estatísticas que devem nos ajudar a pensar a riqueza de sua contribuição para a história social da ciência³. A história das ciências humanas tem sido majoritariamente feita valorizando-se os discursos e representações conceituais que subsidiaram projetos concorrentes de nação em momentos históricos distintos, tendo em vista os antagonismos entre grupos situados em diferentes campos estruturados (artístico, científico, político, econômico, etc.). Mesmo quando as dinâmicas locais são levadas em consideração na análise sobre a introdução do pensamento social europeu na realidade brasileira, a ênfase muitas vezes recai sobre os efeitos discursivos dos esquemas de interpretação, conformando assim uma abordagem prioritariamente acadêmica das ciências humanas. Ora, o estudo das instituições estatísticas descortina um universo essencial para realçar o papel do aspecto instrumental no processo de adequação do conhecimento científico ao contexto local, ao apreciar as relações recíprocas entre as representações conceituais sobre o social e a materialidade das políticas públicas encampadas pelo Estado brasileiro, em diversas temporalidades. Como alerta Theodore Porter,

as ciências sociais não são mero agente do poder, mas as suas interações com a esfera política têm longo alcance, e são talvez a razão que melhor adverte o estudo de sua história. Nesta perspectiva mais ampla, esta história deveria tratar das práticas empíricas e teóricas, mas acima de tudo abordar as ciências sociais como uma forma de intervenção, e não apenas de conhecimento [...]. Uma história da ciência social que ponha em relevo as práticas efetivas de poder terá que destinar à estatística um papel mais proeminente do que ela desempenha atualmente (PORTER, 2000, p. 490).

O que deve ser sublinhado aqui é a potência das estatísticas como tecnologia de governo (na linha de Bruno Latour), revelando coletividades previamente construídas e idealizadas, por meio de complexas objetivações. Deste modo, elas trazem pessoas, objetos e situações às mesas daqueles a quem cabem tomar as decisões políticas, na forma de tabelas, gráficos e cartogramas. Estes são alguns dos instrumentos de totalização mais básicos da ciência estatística, indispensáveis à realização dos primeiros censos nacionais, obtidos por meio da estabilidade, portabilidade e imutabilidade dos registros de informação individual, desde o instante primordial do inquérito e da coleta dos dados até o seu processamento pelos centros de cálculo – as agências de coordenação (LATOUR, 2000, pp. 21-44).

³ Para um estudo mais completo sobre os aspectos institucionais, cognitivos e processuais da atividade estatística, Cf. (SENRA, 2005), (SANTOS, 2006). Ver também o texto de nossa autoria “Sociologia das estatísticas: possibilidades de um novo campo de investigação”, artigo aceito para publicação na *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, ainda sem data prevista.

Assim fazendo, as estatísticas contribuem distintamente para tornar conhecidas as realidades distantes e / ou ausentes, tornando-as pensáveis e, por isso, potencialmente governáveis (SENRA, 2005, p. 15). Regulando espécies e construindo individualizações, as estatísticas (de *Statistik*, ou “ciência do Estado”) operacionalizam as ações públicas sobre os coletivos sociais. Oferecem um fundamento formal às decisões burocráticas, fazendo-as parecer o resultado de técnicas analíticas padronizadas, em vez de argumentos politicamente interessados (PORTER, 2000, p. 495).

Por tudo isso, o estudo sócio-histórico dos procedimentos de objetivação das estatísticas e sua organização em espaços institucionais iluminam o papel desempenhado pelas tecnologias cognitivas mais materiais no processo de formação do Estado brasileiro e de sua burocracia administrativa. A nosso ver, a perspectiva histórica das instituições estatísticas permite mostrar que as relações entre saber e poder são muito mais promíscuas do que a história de algumas disciplinas científicas mais tradicionais são capazes de reconhecer.

A experiência brasileira: dois breves exemplos

Faremos a apresentação de duas frentes de pesquisa (cada uma delas com vários temas e possibilidades) inspiradas na abordagem acima exposta. Dados os limites impostos à elaboração deste trabalho, não poderemos aprofundar nossa análise. Ao invés disso, teremos alcançado nossos objetivos se conseguirmos revelar a olhos ilustrados a riqueza dos horizontes de investigação propostos a seguir. O primeiro deles trata das relações entre a montagem da infra-estrutura de contagem populacional e a negociação dos pactos territoriais entre as elites regionais e o governo central, em benefício da extensão física deste último na construção do Estado Nacional⁴.

Sucedendo a esvaziada e sempre instável Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871, a instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1936, representou um ponto de inflexão na montagem da máquina administrativa do Estado brasileiro. Órgão essencial à estratégia de modernização do país, o IBGE foi concebido em sua origem como sistema nacional (e não apenas federal, como hoje), dirigido por uma elite burocrática que formularia políticas pragmáticas de fortalecimento dos municípios, nos anos 1940 e 1950. Distribuídas em quase todos os municípios brasileiros, as agências municipais de estatística tinham por função básica não apenas coletar informações censitárias, como também detectar

⁴ Esta primeira frente de pesquisa foi parcialmente retirada de (CAMARGO, 2008, pp. 37-48)

falhas na organização administrativa das cidades, indicar melhorias institucionais, sugerir planos de ações públicas e promover campanhas culturais que valorizassem a vida municipal, apoiando manifestações cívicas e a criação de bibliotecas e museus (IBGE, 1945). Todas essas iniciativas deviam contar com a participação das lideranças políticas e figuras ilustres das localidades, que tinham assento assegurado nos conselhos consultivos de todas as agências.

Este fato nos remete à estrutura ramificada e complexa do IBGE. Seu estatuto jurídico é esclarecedor. Enquanto organismo administrativo especial, dito *sui generis*, a entidade se subordinava diretamente à presidência da República, apresentando caráter nacional e não federal (após 1967 já não o seria, tornando-se uma Fundação vinculada ao ministério do Planejamento). Salvo engano, trata-se talvez do único órgão da história do Brasil com autonomia para deliberar e elaborar legislação própria, a partir de colegiados internos, divididos em uma estrutura hierárquica, que compreendia das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística aos Diretórios Regionais (geografia) e Juntas Executivas Regionais (estatística). Isto quer dizer que, na estrutura de administração colegiada, os estados, os municípios e a União tinham paridade de representação na direção, numa clara estratégia de construir a nação a partir do município.

Para os trabalhos estatísticos, o município importava, antes de tudo, por ser a base primária de coleta e divulgação de informações estatísticas e geográficas (na qual era imprescindível o conhecimento sistematizado de seus limites e a racionalização de seus topônimos). Não obstante, como já se vê, o instituto superaria de muito esta fronteira, como indicam a sistematização de um “ideário cívico do IBGE” (IBGE, 1945) e a edição de uma *Revista Brasileira dos Municípios*, por mais de vinte anos (1948-1968).

Neste sentido, o instituto constituiu-se em órgão estratégico na territorialização do aparelho de Estado ao longo da Era Vargas, veiculando uma abusiva propaganda nacionalista e anti-estadualista, o que passava pela preservação de um certo nível de autonomia municipal. Vale lembrar que mesmo a autoritária Constituição de 1937 elege o município como “órgão constituinte dos poderes”, mantendo a arrecadação municipal sobre indústrias e profissões, além de estabelecer a escolha dos vereadores como única eleição direta. Na organicidade do sistema eleitoral do Estado Novo, o município era célula básica, como parece comprovar a prerrogativa dos vereadores em eleger dez deputados em cada municipalidade, que, por sua vez, elegiam os deputados federais. Estas breves palavras já devem dar uma medida do paralelo evidente entre a estrutura organizacional do IBGE e os canais oficiais de

representação política do Estado Novo. Neste sistema, a relativa autonomia da instância local atuava como mecanismo de fortalecimento do poder central, precipitando as elites estaduais à negociação e cooptação pela administração de Vargas.

De fato, muitas das ações mais significativas do IBGE no período concorriam para estigmatizar a noção de “regionalismo”, entendida como desvio de um projeto estatizante e progressista para o país. Desse modo, a instituição atuava como agente mediador na composição dos pactos políticos e territoriais.

Um exemplo de grandeza são os estudos em divisão regional, a maioria de autoria do geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães. Seu trabalho *Divisão Regional do Brasil* já nasceu clássico. Subdividindo as “grandes regiões” dos estados e territórios federais em zonas fisiográficas, a obra logo tornou-se oficial no País, pela Circular n. 1, de 31 de janeiro de 1942, da presidência da República. Deste então, os dados estatísticos por estados e municípios insertos no *Anuário estatístico do Brasil* passaram a ser tabulados segundo as unidades regionais brasileiras (VALVERDE, 2006, p. 271). A criação das grandes regiões naturais atacava as autonomias estaduais, mascarando as implicações técnicas para a prática política.

A partir de então, as publicações regulares (*Revista Brasileira de Estatística*, *Revista Brasileira de Geografia*, *Boletim Geográfico Brasileiro*), conferências e cursos de qualificação docente patrocinados pelo IBGE buscaram desconstruir a referência aos estados como alicerce do sentimento regionalista, buscando edificar uma nova pedagogia do espaço, centrada na noção de região.

Outras realizações do órgão no reajustamento do quadro territorial e político do Brasil merecem ser citadas. Entre os anos 1930 e 1940 destacam-se: os trabalhos de uniformização das toponímias dos municípios e de seus respectivos mapas, previstos pelo Decreto-Lei n.º 311, de 2 de março de 1938; de uniformização cartográfica em variadas escalas e de atualização da carta do Brasil ao milionésimo; da arbitragem do IBGE nas históricas e polêmicas questões de limites inter-estaduais.

Por seu turno, os levantamentos estatísticos, em especial os censos demográfico, econômico, industrial e agrícola, apontavam para o enfraquecimento da organização municipal. Em resolução de sua Junta Executiva Central, de 15/12/1937, o Conselho Nacional de Estatística demonstrava as irregularidades na distribuição das áreas dos municípios, o que exigia medidas legais, de forma a revigorar “a ordem política baseada no princípio de autonomia municipalista”. Não por acaso, esta resolução inspirou o Decreto-Lei n. 311, conhecido como a “lei geográfica do Estado Novo”, que, entre outras consequências, criou as já vistas agências municipais de estatística. Em todas estas medidas, algumas grandiloquentes

como a exposição dos mapas municipais⁵, desenhava-se o controle do governo central sobre os estados, valorizando-se o papel dos municípios na “organização nacional”.

Esta breve apresentação deve ser suficiente para evidenciar o papel exercido pelo IBGE na desconcentração espacial da burocracia, especialmente visível no período de atuação político-administrativa do instituto, antes da formalização científica que conheceria na década de 1970, quando os métodos amostrais e as pesquisas domiciliares serão amplamente adotados. De todo modo, o que vale realçar como perspectiva de investigação são as disposições de um instituto nacional de estatística dotado de amplos poderes pela conjuntura da Era Vargas, o que o tornam meio privilegiado para o estudo das traduções entre ciência e política no período em apreço. Em outras palavras, um problema de pesquisa que nos parece fundamental é o das relações entre a formulação de um ideário político (discurso) e os instrumentos de ação (totalizações dos coletivos sociais) na configuração dos espaços institucionais de estatística e a cultura científica de seus profissionais.

A outra vertente que apresentaremos ainda mais brevemente remete à dimensão técnica e processual das instituições estatísticas. Segundo Paul Starr, tem-se em mente aqui a “organização cognitiva”, que consiste no processo de estruturação da informação, ou seja, de construção intelectual dos pressupostos, regras, classificações e métodos de mensuração presentes na produção da informação pelas instituições estatísticas (STARR, 1983, p. 8).

Nestes termos, podemos compreender os processos de definição, inclusão e exclusão nas pesquisas das chamadas categorias de classificação estatística: “ocupação”, “renda”, “migração”, “fecundidade”, “instrução”, “trabalho”. Sempre polêmicas, elas primam pela descontinuidade existente entre os censos em um mesmo âmbito de investigação. Quais os significados da flutuação dos quesitos, ora entrando, ora saindo, ou modificando-se conceitualmente? O que se queria conhecer na pesquisa estatística em cada diferente período da história brasileira e a que categorias se recorreu em cada caso para conseguir tais objetivos?

⁵ A exposição dos mapas municipais foi um dos mais grandiosos eventos cívicos já realizados no Brasil. Reuniu, no Pavilhão da Feira de Amostras da cidade do Rio de Janeiro, os mapas de todos os municípios do País, contendo informações racionalizadas sobre limites, nomenclatura dos elementos territoriais apresentados, localização e acidentes cartográficos, relevos, cursos de água, povoações, fazendas, estradas e caminhos, linhas telefônicas e telegráficas, planta da cidade e vilas dos municípios, dispondo os perímetros urbanos e suburbanos, de acordo com os textos dos atos legislativos que os fixaram (PENHA, 1993, p. 100). O calendário da exposição incluía a queima das bandeiras dos estados da federação em piras especificamente instaladas para este fim, ritual que encarnou de maneira catártica toda a perspectiva anti-regionalista da administração da Era Vargas. Os discursos oficiais do IBGE em honra da centralização política do Estado Novo também não fizeram por menos. No pronunciamento de abertura da exposição, o presidente José Carlos de Macedo Soares, em saudação a Getúlio Vargas, salientou que a valiosa coleção de mapas municipais fazia meditar sobre o real significado da doutrina do “espaço vital”, pois sua apreciação permitia o conhecimento do que deve constituir o programa da administração pública (EXPOSIÇÃO..., 1940, p. 448-461).

No que diz respeito à classificação racial, a oscilação é particularmente impressionante. Presente em 1872 e 1890 (como “raça”), ela se ausenta em 1900 e 1920 (não houve censo em 1910 e 1930), para retornar em 1940 (como “cor”), permanecendo até o censo de 2000 (agora como “cor ou raça”).

Se pensarmos no paradigma censitário vigente no Brasil do século XIX e nas primeiras décadas do XX, podemos apontar algumas conclusões a que chegamos em pesquisas preliminares⁶. Os levantamentos iniciais da população foram fortemente marcados pela predominância de fatores macroestruturais na abordagem do social, com forte influência da busca por causas superiores (últimas), própria da tradição positivista. Neste *approach*, as análises dos estatísticos tenderam a conferir prioridade explicativa aos fenômenos físicos, em detrimento dos sócio-demográficos, especialmente visível na vocação censitária de então, disposta a incluir e mensurar todos os aspectos da vida social. Esta matriz explicativa pode ser conferida nas chamadas “estatísticas morais”, que dominaram o cenário acadêmico do período. Foi possível perceber a elevada frequência dos cruzamentos nos quadros estatísticos entre, de um lado, fatos demográficos como mortalidade, fecundidade e criminalidade; de outro, categorias como “profissões” (ocupações), “raça” e “defeitos físicos”. Estes cruzamentos permitiam definir a “fisionomia moral e intelectual” e a “vocação econômica” dos Estados, pavimentando os espaços de equivalência em termos de disposição constituintes (originárias), pelos quais avaliavam seu futuro no concerto das nações.

Neste quadro, os produtores e comentaristas censitários da Primeira República particularmente nos censos gerais de 1890 e 1920, -, se inspiraram em uma ética profundamente intelectualista e elitista, ao associar recorrentemente práticas sociais como ilegitimidade (matrimonial) e criminalidade ao grau de alfabetização e à condição racial. Uma visão de conjunto sobre suas contribuições aponta para as relações que estabelecem entre constituição física (raça), personalidade moral (propensão ao crime e às uniões oficiosas) e capacidade intelectual (instrução). Diga-se que estas homologias nem sempre aparecem de forma explícita, variando na intensidade e nas modalidades de linguagem - matricial, nas tabelas, ou verbal, nos comentários. Por vezes, afiguram-se veladas, como ocorre quando os analistas não exploram todas as possibilidades abertas pelos quadros estatísticos e pelas interpretações dominantes no meio acadêmico. Algo semelhante ocorreu quando os tipos étnicos não foram codificados, mas mereceram significativos aportes no discurso censitário, sempre apontando para um processo acelerado de homogeneização demográfica entre nós.

⁶ Elas estão presentes no artigo “Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente”, submetido para publicação ao *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*.

Este é o caso notório do censo de 1920, introduzido pela célebre obra de Oliveira Vianna, *O povo brasileiro e sua evolução*.

Enfim, no que concerne às mais variadas categorias de classificação, a história social das estatísticas deve problematizar as flutuações de pesquisa, considerando a circularidade entre as representações formalizadas no pensamento científico de diferentes temporalidades e os procedimentos de objetivação utilizados nos instrumentos de medição (seleção e definição das variáveis, determinação das unidades de análise e indicadores a serem adotados) e nos esquemas de interpretação dos resultados.

Desse modo, é possível investigar a crescente instrumentalidade técnica nos processos decisórios do Estado. Abre-se também a possibilidade de compreensão sobre a progressiva liberação das estatísticas em relação à função prioritariamente política que dominava o paradigma censitário, em favor da consagração dos critérios científicos que caracterizam a atividade. Para que isto ocorresse, foi necessária a emergência das comunidades especializadas, que privilegiassem a complexidade dos procedimentos técnicos e das dinâmicas demográficas, no lugar das recorrentes simplificações dos quadros estatísticos que conduziam a resultados compatíveis com as expectativas políticas sobre os índices de miscigenação e branqueamento, que basearam a propaganda imigrantista e as políticas raciais na Primeira República e na Era Vargas.

Conclusão

Abrimos este trabalho nos reportando à moderna historiografia da ciência. Em especial, destacamos sua atenção para com as interações locais no processo de mundialização da ciência, sempre apontando para a insuficiência de critérios formalistas na avaliação da produção científica dos países considerados periféricos. Concluímos relembrando estes princípios basilares, pois entendemos que a história social das estatísticas está em profunda concordância com eles.

Antes de tudo, estas instituições são por natureza nacionais, ajustando a sociedade e a economia em um território de dimensões definidas, razão pela qual contribuem para a soberania do Estado. Mais do que isso, viabilizam o exercício efetivo desta soberania, objetivando a população e oferecendo-a à ação do Estado. Por isso mesmo, tais instituições são especialmente sensíveis às tradições (culturais e políticas) de um país. Nos dois exemplos apresentados, nos esforçamos por mostrar a importância dos fatores locais na estabilização da atividade estatística, tanto na dimensão da burocracia administrativa como no da produção de seus artefatos científicos.

No primeiro caso, importa considerar a tensão entre as esferas de governo e a composição dos pactos federativos como uma especificidade do processo de formação do Estado brasileiro. Nossa breve exposição sugere o quanto esta especificidade moldou o perfil da principal instituição nacional de estatística, na sua estrutura organizacional e na sua base de sustentação municipal. Por sua vez, a delimitação e flutuação da classificação racial nos censos deve ser compreendida à luz da centralidade da questão racial (via miscigenação) para a identidade cultural da sociedade brasileira. É fato extremamente interessante que o Brasil seja o único país que viu sua instituição nacional de estatística patrocinar os movimentos municipalistas. Também foi uma das solitárias exceções que realizaram o inquérito racial desde o primeiro censo geral, e o único país a fazê-lo de forma intermitente, com inconstâncias e omissões eventuais. Tem-se aí a prova cabal, se necessária o for, de que a história social das estatísticas é também a história do Brasil.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. “Municipalismo e ruralismo: o IBGE e a organização nacional na Era Vargas”. In: SENRA, Nelson de Castro (Org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, pp. 37-48.

DANTES, Maria Amélia M (org.). *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. Col. História e Saúde.

EXPOSIÇÃO nacional dos municípios. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, p. 448-461, jul. / set. 1940.

HAMBURGUER, Amélia Império; DANTES, Maria Amélia M.; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick (orgs.). *As ciências nas relações Brasil – França (1850-1950)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996

HOCHMAN, Gilberto. “De memória e história: o IBGE em transformação na virada do século”. In SENRA, Nelson de Castro. *História das Estatísticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4: *Estatísticas Formalizadas (c. 1972 – 2002)*. Prefácio.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Problemas de Base do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1945.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.

LATOUR, Bruno. “Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções”. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. P. 21-44

PORTER, Theodore. “Statistics in the history of social science”. In BEAUD, Jean-Pierre; PRÉVOST, Jean-Guy (orgs.). *The age of numbers: statistical systems and national traditions*. Québec: Presses de l’université du Québec, 2000.

OTERO, Hernán. *Estadística y nación: una historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna 1869-1914*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2006.

SANTOS, Herberth Duarte dos. *Estatísticas públicas: tempos e significados* (o espaço da sociologia das estatísticas). 2006. 129 f. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE. Rio de Janeiro, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. “As estatísticas públicas e a medição da pobreza”. In _____. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SENRA, Nelson de Castro. *O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as Ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2005. 332 p.

STARR, Paul. “The sociology of official statistics”. In ALONSO, William; STARR, Paul (orgs.). *The politics of numbers*. Nova York: Russel Sage Foundation, 1983, pp. 7-58.

VALVERDE, Orlando. “Fábio de Macedo Soares Guimarães: *in memoriam*”. *O pensamento de Fábio de Macedo Soares Guimarães: uma seleção de textos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. P. 271-274.

VERGARA, Moema de Rezende. “Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX”. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro: v. 2, n. 1, pp. 22-31, jan. / jun. 2004.